

Comunicação e territorialidades do conhecimento: redes discursivas como indicadores de vulnerabilidade ao terrorismo¹

Margarethe Born STEINBERGER-ELIAS²
Universidade Federal do ABC, Santo André, SP

Resumo

No campo da comunicação e educação em situações de conflitos e desastres, um mapeamento do conhecimento prévio que circula socialmente sobre o tema pode ser tão importante quanto os dados das fontes oficiais. Este texto apresenta alguns registros em fase de pré-processamento de informação sobre relatos das condições e circunstâncias em que se recrutam jovens para participar de redes terroristas. Partindo da hipótese de que tais jovens, sob o ponto de vista de uma análise de redes sociais, são nós potencialmente definidos pela exclusão social, o trabalho faz uma análise lexicográfica dos vocábulos típicos que os vinculam a tais contextos de exclusão, buscando caracterizar redes discursivas como possíveis indicadores de vulnerabilidade ao terrorismo. Um corpus de textos noticiosos em Português foi tomado como referência com base em relatos sobre adesões ao grupo conhecido como Estado Islâmico (EI).

Palavras-chave: comunicação de conflitos; redes discursivas; terrorismo; recrutamento; indicadores de vulnerabilidade.

1. Novos ângulos na educação do olhar e na comunicação social de conflitos

No campo da comunicação de conflitos e desastres, a aplicação de metodologias que permitam recuperar informações não deve poder contar apenas com aquelas provenientes de sites e repositórios mantidos por fontes oficiais. Fazer um mapeamento da comunicação que circula sobre o tema em ambientes sociais informais permite captar informações para uma base que represente o conhecimento social informal associado ao assunto.

Tais informações podem ser colhidas a partir de textos noticiosos, de imagens de câmeras de segurança, de mensagens das redes sociais e outros meios de comunicação. Todo esse conjunto, armazenado e organizado em bancos de dados, pode ajudar a iluminar ângulos novos e, sobretudo, ângulos múltiplos que ajudem na compreensão e resolução de um conflito, contribuindo assim para a avaliação dos riscos e a tomada de decisões. Segundo Pereira (2004), a disponibilização de informações sistematizadas em bancos de

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado na Universidade de São Paulo

² Prof^a Dr^a Adjunta de Ciências Sociais Aplicadas da UFABC, email: mborn@ufabc.edu.br. Autora de *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: Fapesp, Cortez..

dados é um valioso recurso de apoio ao trabalho de investigação, não só por parte das autoridades, mas também dos jornalistas³.

Neste texto, apresentam-se alguns registros em fase de pré-processamento de informação sobre relatos das condições e circunstâncias em que se recrutam jovens para participar de redes terroristas. A partir de tais registros, é possível captar não só informações de natureza factual, mas também o modo como elas são expressas, revelando como os principais atores são socialmente percebidos. O objetivo é criar hipóteses para orientar, numa etapa posterior, a recuperação das informações sistematizadas em um banco de dados. Um banco de dados permite acessar rapidamente as informações disponíveis sobre um fato através de termos indexadores que agrupam os dados em diferentes possibilidades de combinação e acesso. Cabe ao usuário, dependendo de seus pontos de vista sobre o fato, manipular os termos indexadores e ganhar acesso aos múltiplos modos como o fato pode ser narrado. A caracterização de cenários em que o recrutamento de jovens para o terrorismo torna-se mais provável exige que se leve em conta essa diversidade e complexidade de ângulos, o que não é possível obter a partir de uma análise de conteúdo convencional.

Após esta breve introdução, o texto divide-se em seis partes. Na primeira, discute-se a especificidade do papel das mídias ao relatarem ações terroristas; na segunda, apresenta-se o conceito de “rede discursiva” como recurso para mapear territórios semânticos; na terceira, desenham-se contextos históricos e geopolíticos dos relatos sobre adesão de jovens ao jihadismo; na quarta, alguns textos do corpus são descritos e são extraídos itens lexicais associados aos principais atores; na quinta, a entrada do Brasil nos discursos sobre terrorismo; por fim, as redes discursivas como indicadores da vulnerabilidade ao terrorismo.

2. O lugar contraditório das mídias na divulgação das ações terroristas

Pela natureza do trabalho aqui proposto, baseado na captação do léxico associado ao modo como os protagonistas são percebidos em um cenário de recrutamento terrorista, não será incluídos dados de imagens. Sabemos, no entanto, que a coleta de dados baseados

³ A possibilidade de criar um repositório de dados capaz de permitir recuperar informação é de utilidade nos trabalhos de prevenção e avaliação de riscos. Sistemas de recuperação de informação são capazes de extrair de coleções sistemáticas de textos (corpora) a informação relevante buscada pelo usuário. A Linguística de Corpus (LC) trabalha a partir de corpora eletrônicos que contenham amostras de textos em linguagem natural; os materiais podem vir de diferentes fontes e alimentam grandes bancos. Corpora são conjuntos de dados linguísticos textuais recolhidos a partir de critérios rigorosos com ajuda de ferramentas computacionais. Podem ser utilizados para observar objetos de linguagem. e como eles operam no tempo/espaço. (SILVA, A.M. & STEINBERGER, M.B, 2016)

em imagens é crucial para uma análise de situações de conflitos e desastres. Tanto imagens colhidas através de uma observação direta, como imagens processadas *a posteriori* são fundamentais para recompor de modo plausível a sequência dos fatos. Estudos pós-eventos levam em conta imagens planejadas e produzidas pelos próprios grupos terroristas, sejam aquelas geradas como máquina de propaganda do movimento, sejam aquelas que registram o próprio atentado para aquilatar “o sucesso da missão” e a “glória” de seus protagonistas.

A disseminação das tecnologias de comunicação móvel ampliou a possibilidade de obtenção de imagens de observação direta colhidas erraticamente por câmeras não-profissionais e em enquadramentos casuais. Às vezes é um transeunte que fotografava a namorada e colhe no plano de fundo a imagem de um sujeito mascarado. Às vezes um cidadão decide registrar imagens com seu celular simplesmente para depois entender o que estava acontecendo. Há geralmente um *delay* na percepção das situações de conflito e desastre, por exemplo, ouvem-se estampidos e, ao invés de tiros, preferimos crer que são fogos de artifício. No caso dos recrutamentos para participação em grupos terroristas, alguns vídeos circulando na Web mostram como os primeiros contatos ocorrem, desde as conversas iniciais em redes sociais até o momento de maior confiança para marcar encontro e entrevista pessoal.

Neste trabalho, assume-se que toda imagem está associada a uma *aboutness*, isto é, a registros que indicam possivelmente “sobre o que é esta imagem”. Para a mesma imagem, muitas etiquetas podem se aplicar, dependendo o ponto de vista do usuário⁴. Um banco de dados voltado ao recrutamento de jovens para ações terroristas pode incluir, por exemplo, imagens de câmeras de vigilância, mas será preciso complementá-las com uma descrição desses cenários, do contexto em que se espera que tais imagens ganhem sentido. Ou seja, as imagens não falam por si, elas requerem contextualização e narratividade para serem interpretadas, o que nos traz de volta à linguagem verbal.

Na linguagem verbal, também há uma complementaridade entre a descrição “direta” dos fatos, por exemplo, numa passagem de tevê relatando o cenário imediatamente após um atentado, e os dados coletados *a posteriori*, por exemplo, através de depoimentos. A filtragem de dados, tanto num caso como no outro, depende de pontos de vista ou de “lugares de fala” – dados de contextualização do narrador. Um tratamento de fatos mediado pelo conceito de “redes discursivas” requer uma análise prévia dos contextos que explicam os modos como os fatos foram enquadrados, observados, narrados. Cabe

⁴⁴ Cf. por exemplo o aplicativo de armazenamento de fotos Flickr, em que as etiquetas são atribuídas pelos próprios usuários.

salientar aqui que os modos de captação da informação em “ambientes sociais informais” filtram as informações veiculadas em mídias sociais e convencionais, mas não aquelas colhidas diretamente em documentos, comunicados e transmissões diretas de autoridades, entidades e instituições governamentais. Assim, depoimentos e relatos de jornalistas profissionais ou espectadores casuais são igualmente candidatos a registros num banco de dados que represente o conhecimento social informal sobre o assunto.

Sabemos, contudo, que, independente da competência técnica na obtenção dos dados, a informação colhida pelo jornalista já leva em conta, nesse processo de coleta, o seu potencial de impacto e reverberação social. Essa competência jornalística é também um tipo de competência social, uma vez que requer conhecimento sobre noticiabilidade – capacidade de avaliar o potencial de impacto social de um fato.

Muito já se estudou sobre como os meios de comunicação e informação podem influenciar a opinião pública (BOURDIEU, 1998) (CHAMPAGNE, 1996). Com relação ao terrorismo, as mídias são dilaceradas por uma contradição, já que é seu espaço justamente que potencializa as ações terroristas. Através da difusão dos atentados, seja nas mídias convencionais, seja nas mídias sociais, é que o terrorismo ganha seu maior impacto social e psicológico. Digamos, então, que os grupos terroristas dominam a competência jornalística de calcular a noticiabilidade quando escolhem seus cenários e seus alvos. O impacto das ações terroristas advém não só da injustiça que desencadeiam ao vitimizar inocentes, mas principalmente do choque, do horror e do escândalo que tais ações geram quando anunciadas através das mídias. Faz parte do *script* de um atentado o planejamento da sua recepção social.

3. Redes discursivas: distribuição lexical em territorialidades semânticas

A proposta do conceito de “redes discursivas” permite expressar padrões de trocas sócio-comunicativas em um domínio específico como o da comunicação de conflitos. Também funciona como conceito operacional capaz de organizar contextos que ajudem a definir as melhores etiquetas para conjuntos de nós multifacetados, isto é, representados em múltiplas linguagens. Ou, como já foi encaminhada em outro trabalho:

“... um operador mais complexo do que a rede, sendo capaz não só de mapear fluxos de informação, mas também configurar espaços de interação simbólica constitutivos da própria informação (espaços discursivos). Os nós das redes discursivas não são apenas organizações, entidades civis e governamentais que lidam com a comunicação em situações de crise. São teias semânticas que agregam itens lexicais de uso tipificado pelos seus usuários, permitindo caracterizar o jargão e os modos de apropriação dos

conceitos por diferentes comunidades de conhecimento.” (STEINBERGER, 2010)

Como horizonte desta proposta, desenha-se uma associação entre teorias do discurso que investiguem condições de produção de enunciados e seus modos de etiquetagem, e teorias de redes que apontem modos de relação entre nós e seus agrupamentos em diferentes modelos de redes (WATTS & STROGATZ, 1998). Segundo Steinberger (2005), os objetos que interessam às teorias do discurso não estão dentro nem fora dele (numa realidade social objetiva), são sistemas de relações⁵.

A comunicação em situações de conflitos ocorre a despeito das imprecisões da linguagem. Trata-se, então, de valorizar não só as informações atualizadas e teoricamente consistentes, mas de pesquisar as condições que explicam como tais informações puderam tornar-se socialmente acessíveis e relevantes. Assim, um estudo sobre a circulação da informação numa perspectiva de redes permite buscar aspectos do uso e distribuição dos conceitos. Ou seja, como o conhecimento em um domínio determinado organiza-se e distribui-se em repertórios lexicais. Este método pode revelar como os modos de organização social reagem aos impactos, quais fatores interferem na percepção de risco por parte das populações atingidas, quais evidências indicam a capacidade social de auto-organização, quais as dinâmicas sócio-comunicativas associadas a um cenário de conflito.

No trabalho de Izida (2014), o conceito de rede discursiva é associado ao de uma rede inicial de interlocutores representada graficamente por nós (vértices) e arcos (linhas que ligam vértices): “À medida que se somam interlocutores e receptores na emissão e recepção de fluxos informacionais, esta representação se adensa a ponto de formar o que é conhecido por rede”.

“...redes de interlocução, por exemplo, entre representantes do poder público, autoridades técnicas capazes de descrever e prever a evolução do fenômeno causador do desastre, entidades assistenciais vinculadas à Defesa Civil e as próprias vítimas. A análise lexical a partir das mensagens trocadas entre os atores envolvidos (...) permite identificar itens lexicais significativos e mais recorrentes ou com maior probabilidade de ocorrência em redes de associação semântica e avaliar ações que podem ser planejadas...”(IZIDA, 2014:18)

Ainda segundo a autora, “o perfil comunicativo dos atores envolvidos é definido pelos nós com os quais eles se conectam para estabelecer a comunicação”. Assim, “o ator *prefeitura do município* pode estar conectado a atores encarregados da gestão e

financiamento de ações assistenciais. A definição do perfil de tais interlocutores depende de uma manifestação linguística concreta, ou seja, depende que a conexão entre eles seja textualmente apresentada através de itens lexicais (...). Na análise a ser aqui apresentada serão extraídos, de textos da cobertura brasileira sobre ataques terroristas, itens lexicais associados a jihadistas, a jovens vulneráveis ao recrutamento terrorista, a intelectuais e especialistas no mundo árabe, ao caso *Charlie Hebdo*, a países periféricos, e outros atores da rede discursiva que relata jornalisticamente o recrutamento jihadista.

Todavia, como dizia Veyne (1982), nenhum fato pode ser apreendido em sua totalidade. O foco de uma análise baseada em atores e suas práticas para gerar a compreensão de um cenário de conflito não é suficiente para a construção de redes discursivas. A análise baseada em redes discursivas requer conexões com dinâmicas geopolíticas e processos históricos que podem não estar explicitados nos textos. A seleção dos itens lexicais associados a cada ator, portanto, é tarefa a ser realizada numa fase de pré-processamento do corpus. Mas, para gerar hipóteses sobre quais as redes discursivas em que se formaram as condições de produção e as interpretações dos fatos, é necessário construir um cenário ou *framework* mais amplo de dinâmicas e processos.

4. Contextos para uma educação política sobre terrorismo

O século XX teve guerras sangrentas, massacres e holocausto, então a “Guerra ao Terror” não tem quinze anos e não começou no Onze de Setembro. O histórico das ações terroristas nas Olimpíadas de Munique (1972), no aeroporto ugandense de Entebbe (1976), no metrô de Tóquio com gás sarin (1995), e mais recentemente nos metrôs de Madri (2004) e Londres (2005), entre outras, relativiza esta interpretação.

Com base na epistemologia de base linguística construída por Foucault (1966), pode-se chamar de “episteme midiática” um novo modo de relatar e conhecer fatos que surgiu no século XXI (STEINBERGER, 2005). O conceito de “episteme” pode ser definido como “conjunto discursivo de determinado momento histórico”, desenhando “um campo de relações, continuidades e descontinuidades entre práticas discursivas”. Ou seja, nesta nova episteme é o próprio modo de narrar um fato e é o próprio conhecimento gerado por este modo (e não outro), que faz com que tal fato ganhe seu significado.

O papel da auto-referencialidade na identificação desta nova episteme é decisivo. Exemplos dessas narrativas auto-referenciadas ocorreram na cobertura do Onze de Setembro, através de frases como: “As tevês, que transmitiam ao vivo, mostraram pessoas se jogando de alturas superiores a 200 metros” (op.cit, p.236). Neste enunciado, o fato de que as pessoas se jogassem dos prédios é subsumido pelo fato de que tudo isto era filmado e transmitido ao vivo pelas tevês. É a mídia tomando o seu próprio *frame* como referência de narratividade. Então a notícia não é o suicídio das vítimas nas Torres Gêmeas, mas o suicídio *ao vivo*, nas telas das tevês, diante do público. Este componente de auto-referencialidade é essencial para que o terrorismo imponha seu poder.

Na episteme midiática, são mobilizados meios de observação e aferição que geram gigantescos repositórios de dados, cujo tratamento requer novos arranjos e ferramentas. Registros multimidiáticos ou apenas em texto, áudio, foto, ou vídeo integram tais repositórios, mas todos são sujeitos a filtros interpretativos para constituir as peças devidamente “etiquetadas” em bancos de dados. A modelagem discursiva e textual de base linguística pode ser de grande ajuda na definição dessas etiquetas, tomando teorias do discurso como referência para investigar uma sociologia da insegurança e do risco (STEINBERGER, 2008)

O conceito de terrorismo define-se pelo “uso de violência física ou psicológica através de ataques localizados a elementos ou instalações de modo a incutir terror e assim obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas”. A dimensão de escalabilidade de tais efeitos potencializa-se no mundo do século XXI conectado pela internet. Entretanto, no caso dos ataques terroristas pós-Onze de Setembro, há um diferencial: a resposta superdimensionada não advém apenas da maior acessibilidade provida pela tecnologia. A resposta está sendo construída no campo político e sócio-cognitivo através dos conceitos de sociedade civil globalizada e de opinião pública internacional. No futuro, talvez também de uma cidadania internacional. Com o respaldo de um “Estado tecnológico”, os “cidadãos internacionais” ganhariam legitimidade para enfrentar inimigos locais – no caso do terrorismo na França, Bélgica ou Alemanha, esses inimigos locais são mais de três mil novos jihadistas que são cidadãos europeus.

Na esfera dos Estados nacionais, as batalhas a serem travadas estão, de um lado, no campo das políticas públicas voltadas à inclusão social, e de outro lado, no campo da comunicação como atividade preferencial de troca social para a educação política (Steinberger, 2005). A disseminação de conceitos civilizatórios mantém-se através de

instrumentos formais (agremiações partidárias, entidades de classe, etc.). Mas é a ação midiática descentralizada das redes sociais que geraria a mobilização necessária para desencadear uma “inclusão internacional” através de demonstrações locais e presenciais, (como foi, após o *Charlie Hebdo*, a grande manifestação social liderada por chefes de Estado europeus em 11 de janeiro de 2015 em Paris) ou através de manifestações globais e não-presenciais de uma sociedade civil mundial.

O Brasil esteve ausente nesta frente de batalha até agora. O jornalista Clóvis Rossi “estranhou” o silêncio brasileiro diante de *Charlie* (*Folha de S.Paulo*, 13/01/2015). Credita tal silêncio à incapacidade do brasileiro de protestar e ser inconformista. Quatro dias após os ataques de Paris, as ruas de São Paulo se encheram de manifestantes contra o aumento das passagens de ônibus. Entre os manifestantes, ativistas do Movimento Passe Livre (MPL) pleiteando o transporte público gratuito, ao lado de “*black blocks*” que defendem a depredação e o vandalismo como forma de protesto. Incendiam ônibus e atacam bancos, concessionárias e outros ícones capitalistas. Aparentemente é uma luta que não ganhou o foro global e não integra movimentos civis em escala mundial. Pode a dimensão local dos protestos sociais brasileiros projetar-se em uma esfera pública internacional? Através da prevenção e combate a ações terroristas, parece que sim. Mas elites intelectualizadas aderem ao conceito de “cidadania internacional” sem reservas e o jornalismo apressado recicla textos estrangeiros e se rende às mídias sociais globalizadas que acabam por afastar os “cidadãos locais”.

5. Amostra de textos jornalísticos sobre a adesão de jovens ao EI

Nesta seção vamos analisar relatos sobre recrutamento de grupos terroristas a partir de uma amostra de textos dos três principais jornais brasileiros publicados na semana após os atentados realizados na França contra o jornal *Charlie Hebdo* em 07/01/2015.. Este mesmo corpus foi objeto de outro estudo sobre como jornalistas constroem suas representações dos fatos (STEINBERGER, 2016). Quando a coleta foi realizada, ainda não se cogitava de ações terroristas no Brasil. Assim, o perfil dos jovens vulneráveis ao recrutamento jihadista foram referidos nos textos sem qualquer associação ao contexto brasileiro. Isto justificou a retomada do material.

Em *O Globo* de 18/01/15, o caderno “Mundo” abre com a manchete “De costas para a Europa: isolamento e falta de perspectivas criam cenário para a radicalização de jovens muçulmanos”. O jornal escalou quatro correspondentes em quatro capitais europeias para explicar por que jovens filhos de imigrantes na Espanha, Alemanha e Reino Unido estariam sendo seduzidos pelo “canto da jihad”, uma guerra de grupos fundamentalistas islâmicos contra o Ocidente. A expressão “canto da jihad” associa-se a “canto da sereia”, isto é, a um apelo de criaturas de um mundo de magia e feitiço que levam suas vítimas a um destino nefasto. Fica então estabelecido desde o início do texto que os jovens que se deixam levar por esse “canto” são vítimas indefesas de um discurso supostamente astucioso e maléfico que promete a glória e o paraíso aos que aderirem.

Segundo o texto, os jovens “descobrem” pela Internet o caminho da Síria ou do Iraque. Portanto, há um contato que parece casual e fortuito, negando que estes jovens possam ter deliberadamente buscado na Web os sites de recrutamento. Eles também foram seduzidos por “vídeos de produção hollywoodiana, falados em árabe, inglês ou francês” sobre o EI. Assim, os jovens foram expostos a artifícios da sedução jihadista em sua própria língua materna e com requintes técnicos e narrativos irresistíveis. Estes filmes não citam conteúdos religiosos, escamoteando o fundamentalismo dos jihadistas. Ainda assim, a matéria cita jovens recrutados em mesquitas. Estas supostas vítimas do “canto da sereia” realizam juramentos em que manifestam clara convicção em lutar pelo Estado Islâmico (EI) ou engajar-se na Al-Qaeda. E se declaram dispostos a submeter-se a treinamento em campos na Síria ou no Iraque para poder retornar à Europa preparados para conduzir atentados.

Na mesma edição, *O Globo* entrevistou o sociólogo francês Michel Wieviorka, que aponta vários fatores que fortalecem a imagem do jihadismo. Além da motivação geopolítica para o conflito (o modo de vida ocidental é veementemente rejeitado), a falência do modelo republicano francês e o privilégio continuado das elites seriam as principais motivações dos que aderem ao jihadismo. Some-se a isto a crise econômica e o desemprego crescente num cenário dominado pelo racismo e pela discriminação de imigrantes e seus descendentes. Outra entrevista, com a especialista em mundo árabe Myriam Beenraad, baseia-se na célula parisiense “Buttes-Chaumont”, que envia jihadistas franceses para o Iraque. Seriam jovens sofrendo de crise identitária, condição sócio-econômica precária, vivendo dilema existencial. Quando em prisão, são aliciados por companheiros que

propagam a ideologia fundamentalista no cárcere. O texto assinala que as adesões ao Islã radical vêm “preencher o vazio” desses jovens “à margem da sociedade”, que “vivem em guetos, com histórico de fracasso escolar e de dificuldades econômicas, sem perspectivas profissionais”. Já aqueles jovens pertencentes a famílias da classe média, eles são tentados a buscar o desconhecido para vencer a rotina ou para afastar-se de problemas com os pais. A especialista afirma que “por trás do terrorismo de hoje, há uma crise da sociedade”. Portanto, o contraponto da magia e feitiço dos discursos de aliciamento é a realidade de uma crise estrutural da sociedade francesa.

Um terceiro texto do mesmo *O Globo* vem da Espanha, com a entrevista de Fernando Reinares, pesquisador do Instituto Elcano. Para ele, mudou o perfil dos que se convertem ao extremismo: “Nos últimos dois anos, 70% dos detidos nas operações policiais são filhos de imigrantes marroquinos, isto significa que eclodiu um jihadismo endógeno”. E Reinares lembra que não há conversões de católicos ao jihadismo. A exceção, segundo ele, seria o brasileiro Kaique Luan Ribeiro Guimarães, 18 anos, nascido em Goiás, que aderiu ao fundamentalismo islâmico, mudou de nome e foi preso na Bulgária acusado de pretender juntar-se a um grupo radical na Síria.

O quarto texto vem do Reino Unido e vai na mesma linha com a matéria intitulada “Isolamento e depressão empurram britânicos instruídos para a Jihad”. A especialista em Defesa do King’s College em Londres, Katharine Brown, diz que 35% dos acusados de terrorismo no Reino Unido são desempregados, dos quais 33% teriam nível superior completo, o que contesta a hipótese de que os convertidos teriam menos escolaridade e menos acesso à educação. No quinto texto de *O Globo*, a correspondente na Alemanha cita a falta de perspectiva e de sentido para a vida para explicar as adesões alemãs ao jihadismo. Ela cita um rapper alemão, Mohammed Youssef Ferchichi, que incentiva as adesões com músicas como “Eu sou um Talibã”, “Onze de Setembro” e “Esses terroristas nos quais a juventude acredita”.

A pauta integrada é realizada pelos quatro correspondentes de *O Globo* sem nenhuma menção que vincule as adesões destes jovens ao jihadismo aos atentados brutais e aos assassinatos sem chance de defesa. Os jovens carentes não são apresentados como elos de uma cadeia que irá conduzir a ações terroristas contra centenas de vítimas inocentes. O caso *Charlie* é tratado como uma ação isolada e não como “missão” de radicais articulados

para desencadear novos ataques como os que vieram depois de fato a ocorrer em Paris, Bruxelas ou Nice.

A mesma percepção condescendente aparece em *O Estado de S.Paulo*. Na edição do dia 18/01/15, há o relato de homenagem aos cartunistas mortos através da exposição de seus trabalhos em uma galeria parisiense e há uma entrevista de Tariq Ramadan, professor de Teologia e Estudos Islâmicos Contemporâneos da Universidade de Oxford. Ele critica os ataques aos muçulmanos no semanário *Charlie Hebdo* e diz que a liberdade de expressão “deve ser igualitária e não insultante”. Então os assassinos responderam aos insultos e provocações do *Charlie*. O colunista Gilles Lapouge opta por relativizar a gravidade dos fatos, diz que os ataques ao *Charlie* fizeram o planeta entrar em pânico, mas na mesma semana o massacre de duas mil pessoas na cidade de Baga, Nigéria, pelo grupo terrorista Boko Haram passou despercebido. A violência em nações periféricas não desperta o interesse da comunidade internacional.

Em resumo, os textos analisados sugerem que o problema no *Charlie Hebdo* não foi de falta de liberdade de expressão, mas de falta de responsabilidade em lidar com os direitos dos outros. E que o terrorismo é uma resposta à crise social e econômica que vitimiza os jovens filhos de imigrantes marginalizados e carentes de alternativas. Neste cenário de beco sem saída, o jihadismo apareceria como válvula de escape ou até como opção salvadora .

O contexto não é muito diferente no Brasil. Boa parte das explicações dadas para as adesões jihadistas na França também cabe para justificar a adesão de nossos jovens à criminalidade e ao narcotráfico. A impunidade para o crime no Brasil encontra seu correlato em um discurso europeu socialista e condescendente? Esse mesmo discurso é o que defendeu o abrigo para as centenas de milhares de refugiados que alcançaram a Europa sobrevivendo à odisséia da navegação pelo Mediterrâneo? A condição de imigrantes e refugiados na Europa encontra eco na marginalização de imigrantes bolivianos, haitianos, angolanos e moçambicanos abrigados no Brasil. Se jihadistas cultos com ensino superior enfrentam o desemprego, também brasileiros das classes médias perdem seus postos, enfrentam a crise econômica e a falta de alternativas. E os jihadistas gostam do rap e têm senso de humor, essa mesma alegria não falta aos brasileiros. A insegurança pública, a criminalidade, os 55 mil assassinatos anuais do Brasil pouco repercutem na Europa. Não

fomos Charlie porque Charlie também nunca foi latino-americano? O Brasil esteve de costas para a “Guerra ao Terror” declarada pelos EUA e aliados europeus desde o Onze de Setembro.

6. O Brasil ingressa no mapa do terror: estratégias de contrapropaganda

Só em 22 de julho de 2016, o Brasil ingressou no “mapa do terror”, segundo o jornalista Lourival Sant’Anna, em *O Estado de S.Paulo* (edição de 24/07, caderno “Internacional” pág. A13), aludindo aos dez suspeitos de terrorismo presos em dez estados com grande alarde pela Polícia Federal. As prisões foram baseadas em indícios de planos de desencadear ações terroristas durante as Olimpíadas. Os indícios são trocas de mensagens na Internet aludindo ao ataque, compra de armamento, planejamento logístico. A análise da amostra de textos do corpus que foi apresentada na seção anterior leva-nos à seguinte pergunta: por que o jihadismo tardou tanto a chegar na mídia brasileira? Após o Onze de Setembro, quase nada se publicou nas mídias convencionais sobre ameaça terrorista no Brasil. Serviços de inteligência brasileiros mantêm vigilância sobre a eventual formação de células terroristas, sejam células locais ou geradas pela ação de recrutadores estrangeiros. Algumas poucas notícias sobre movimentos na Tríplice Fronteira, mas o conceito de terrorismo internacional como manifestação de conflito entre países inimigos não ganhou fôlego no Brasil. Sob tal conceito, europeus e norte-americanos poderiam ser alvos em edificações como embaixadas, clubes, empresas e organizações. Já o jihadismo tem uma vertente geopolítica obscura, seu principal objeto de ataque é o modo de vida ocidental.

No mesmo dia 24/07, o colunista Jânio de Freitas, da *Folha de S.Paulo* (“Poder” pág.A11), assina o texto “Terrorismo à brasileira”, onde, em tom jocoso, diz que “os nossos terroristas não se assemelham aos que atacam a França, os EUA, a Inglaterra e agora a Alemanha”. Nosso terrorismo é “o terrorismo contra nós mesmos”, afirma, chamando o Brasil de “país patético”. O colunista assinala que o terror no Brasil vem da inflação, da carestia, da roubalheira e corrupção. Critica o ministro da Justiça pelo anúncio “sensacionalista” das prisões. E acusa a imprensa e a TV de indicarem, “inclusive com mapa”, “os pontos mais atraentes ou vulneráveis para a ação de terroristas”.

Sant’Anna, no entanto, na coluna já citada, alerta que a “a mensagem do Estado Islâmico” poderia potencializar “a agressividade de brasileiros comuns”, que hoje se manifesta na criminalidade e na violência doméstica, mas também na intolerância religiosa

e na xenofobia. Segundo o autor, abre-se “um novo horizonte de ameaças” que é mais cultural, não se traduz apenas na falta de acesso a bens materiais e na desigualdade social. O colunista diferencia o EI em relação a Al Qaeda e outros grupos que buscam um Islã purificado e para isso querem tomar o poder e implantar teocracias em Estados muçulmanos. O EI surgiu depois que suas células na Síria foram expulsas da Al Qaeda por causa da prática de estupros, saques e massacres. Segundo Sant’Anna, “a frouxidão moral e ideológica do EI se revelou uma força extraordinária” porque o EI responde ao sofrimento psicológico e potencializa respostas para frustrações e “dores comuns”.

Como todo grupo terrorista, o EI move-se também no território informacional. A medida do sucesso de suas ações, como apontado na seção 1, depende das mídias e não da sobrevivência de seus agentes. O assassinato do maior número possível de vítimas irá proporcionalmente impactar os meios de comunicação e reverberar na sociedade. Para Sant’Anna, o Brasil perdeu a primeira batalha da mídia porque, a duas semanas da abertura dos Jogos, o agenda-setting privilegia os temas de segurança ao invés dos preparativos da festa de abertura, das competições, da recepção dos atletas que chegam do exterior, ou as diferentes modalidades esportivas e sua história. Sant’Anna alerta que o grande desafio é “retirar o glamour do terrorismo, arrancar sua máscara de coragem e heroísmo”, e criar uma “contrapropaganda” que alcance os jovens mais vulneráveis através de uma rede de assistência social e psicológica.

Alguns dados sobre articulações dessa “contrapropaganda” saíram na imprensa brasileira através de jornalistas estrangeiros. Por exemplo, *O Estado de S.Paulo* publica em 18/01/15 o artigo de David Ignatius, do *The Washington Post* intitulado “A resposta errada aos ataques contra o *Charlie Hebdo*”. O texto explica a política do governo Obama sobre os recrutamentos jihadistas. Diz que Obama não quer liderar uma cruzada ocidental contra o EI e apresenta três lições que a Casa Branca teria aprendido com o Onze de Setembro. A primeira foi de que “os EUA não são uma voz confiável para dizer a muçulmanos o que é o Islã de fato”. O clamor do presidente egípcio por uma “revolução religiosa” contra os fundamentalistas mostrou que isto caberia a países muçulmanos. A segunda lição foi de que os programas nacionais de combate ao jihadismo têm que vir de baixo para cima, isto é, das próprias comunidades muçulmanas. E a terceira lição foi de que é pelas mídias sociais que

cabe o combate, ou seja, numa rede das redes. A *Good Ideas*, criada em 2011, usa 300 ex-jihadistas para aconselhamento online a jovens candidatos⁶.

Depoimentos pessoais divulgados nas mídias sociais também ajudam na contrapropaganda. Por exemplo, Abdelkader Benali publicou no *The New York Times* “A difícil adaptação do muçulmano europeu”, artigo traduzido e publicado em *O Estado* (18/01/15). Segundo o autor, “Desde o Onze de Setembro, muitos muçulmanos europeus duvidaram de seu próprio pertencimento e se perguntaram: sou da Paris de Voltaire ou da Meca de Maomé?” Benali relata seu sofrimento e conclui advertindo: “os muçulmanos são tão europeus quanto os ciganos, os gays, os intelectuais, os agricultores e os operários de fábricas, estamos na Europa há séculos, os políticos e a imprensa precisam parar de agir como se tivéssemos chegado ontem, estamos aqui para ficar.”

7. Territorialidades discursivas e a semântica da vulnerabilidade ao terrorismo

Jihad	Perfil dos candidatos	Condições psicológicas	Condições sociais	Contexto histórico e geopolítico	Expectativa
Canto da jihad	Jovens muçulmanos	Isolamento	Viver em guetos	Crise social	Integração em um grupo
Vídeos hollywoodianos	Jovens	Depressão	Fracasso escolar	Falência do modelo republicano	Encontrar uma identidade
Vídeos em língua materna	Jovens candidatos	Falta de perspectiva	Dificuldades econômicas	Privilégios das elites	Descoberta do novo
Vídeos sem conteúdo religioso	Britânicos instruídos	Falta de sentido para a vida	Sem perspectivas profissionais	Crise econômica	Viajar para fora da Europa

⁶ A britânica *Abdullah-X*, criada por ex-jihadista, rastreia usuários que buscam passagens para a Síria e envia-lhes a mensagem: “Você precisa matar os outros para tornar o mundo mais puro. É isto que você acha que o Islã é? Está falando sério?”

	Curso superior completo	Crise identitária	Problemas com os pais	Desemprego	Aprender a lutar em campo de treinamento
	Menos acesso à educação	Dilema existencial	Viver à margem da sociedade	Racismo	Lutar pelo EI
	Menor escolaridade	Falta de desafios	Problemas na escola	Discriminação	Conduzir atentados e alcançar a glória e o paraíso
	Filhos de imigrantes marroquinos	Tédio, rotina	Viver como ciganos, gays, intelectuais, agricultores, operários de fábrica	Discriminação contra imigrantes e seus descendentes	Engajar-se na Al-Qaeda

Fig.1 Quadro-resumo de itens lexicais referentes às adesões ao jihadismo em textos da amostra

O quadro-resumo apresenta os elementos que permitem compor uma rede discursiva da vulnerabilidade ao terrorismo em que itens são nós sujeitos a todos os cruzamentos possíveis.

REFERÊNCIAS

ARQUILLA, J. & RONFELDT, D. **Networks and Netwars: the future of terror, crime and militancy**. Rand: Santa Monica, CA, 2001.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1998.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PEREIRA, F. C. V. **Do arquivo de recortes à informação on-line: centros de documentação jornalística e o banco de dados Folha.** Monografia de Pós-Graduação Lato sensu em Jornalismo Social, PUC-SP, 2004.

SILVA, A. M. **Redes de comunicação de desastres naturais: indicadores léxicos-semânticos de relevância social em um corpus jornalístico.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Informação) - Universidade Federal do ABC, 2013.

STEINBERGER, M. B. **As Novas condições de produção das ciências da informação e da comunicação na América Latina: gargalos e dilemas.** *Comunicação: Veredas*, Universidade Estadual de Marília; Ano VIII - Nº 08 - 2009-1.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina.** São Paulo: FAPESP, Educ e Cortez, 2005, 318 p.

STEINBERGER, M. **Towards a model-theoretical account of panic based on Risk Sociology.** First ISA Forum of Sociology. International Sociological Association, section TG04 Theorizing Risk e Uncertainty, Barcelona, 2008.

STEINBERGER, M. B. **Estudo das condições de produção e circulação de relatos sobre desastres e catástrofes na América Latina.** XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, IV Colóquio Binacional Brasil- Estados Unidos de Estudos da Comunicação, Caxias do Sul, 2010, p.1-15.

STEINBERGER, M. B. **Estudo de condições para reconhecimento automático de entidades geográficas em textos jornalísticos da língua portuguesa.** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. GP Geografias da Comunicação. Rio de Janeiro, 2011, p.1-15.

STEINBERGER, M. B. **O Conceito de cognição jornalística: percepção social do caso Charlie segundo correspondentes na imprensa brasileira.** *Sur le Journalisme. About Journalism. Sobre Jornalismo (en ligne)*. Vol.5, n.1 – 2016. Disponível em: <http://surlejournalisme.com/rev>

STEINBERGER, M. B. & MOLINA, R. A. **Criando um Corpus sobre Desastres Climáticos com Apoio da Ferramenta NLTK.** 8th Brazilian Symposium in Information and Human Language Technology, p. 194-198, Cuiaba, MT, 2011.

SILVA, A. M. & STEINBERGER, M B. **Comunicação de desastres baseada em semântica de redes.** Intercom, GP Geografias da Comunicação, 2016.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasilia: UNB, 1982.

WATTS, D. J. & STROGATZ, S. H. **Collective dynamics of small-world networks.** *Nature* 393, 1998, 440-442.

WODAK, R. & MEYER **Methods for Critical Discourse Analysis.** London: Sage, 2009,